



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919021	
CAPÍTULO 2	10
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4591919022	
CAPÍTULO 3	20
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4591919023	
CAPÍTULO 4	30
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4591919024	
CAPÍTULO 5	39
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4591919025	
CAPÍTULO 6	53
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4591919026	
CAPÍTULO 7	60
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919027	

CAPÍTULO 8	68
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4591919028	
CAPÍTULO 9	85
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.4591919029	
CAPÍTULO 10	94
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
DOI 10.22533/at.ed.45919190210	
CAPÍTULO 11	113
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45919190211	
CAPÍTULO 12	124
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
DOI 10.22533/at.ed.45919190212	
CAPÍTULO 13	133
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190213	
CAPÍTULO 14	143
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190214	

CAPÍTULO 15	151
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
Andreza de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.45919190215	
CAPÍTULO 16	160
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
Matheus Andrade Marques	
DOI 10.22533/at.ed.45919190216	
CAPÍTULO 17	169
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
Jhonatan dos Santos Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.45919190217	
CAPÍTULO 18	178
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.45919190218	
SOBRE A ORGANIZADORA	186

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Ramon Alves Malta
Rafael Guimarães Farias
André Santos de Oliveira

RESUMO: A abordagem do Desenvolvimento Territorial do ponto de vista estratégico visa estabelecer e implementar políticas que tenham impacto sobre a pobreza e criar oportunidades econômicas para as áreas pobres carentes em todos os aspectos, para além da escala local, para isto, novos arranjos institucionais podem ser necessários para superar os interesses predominantes que muitas vezes caracterizam governo municipal e nacional. Do ponto de vista teórico esta concepção está relacionada com a abordagem territorial predominante na América Latina e no sul da Europa, onde predominam a implementação de políticas públicas para desenvolvimento rural e redução da pobreza. A partir destas questões a proposta deste trabalho surge com o objetivo de apresentar elementos em um contexto histórico que possibilite a construção de reflexões sobre a formulação e implementação da política de Desenvolvimento Territorial em um contexto mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento territorial; políticas públicas; governança.

ABSTRACT: The Territorial Development approach from the strategic point of view aims to establish and implement policies that have an impact on poverty and create economic

opportunities for deprived areas in all aspects, beyond the local scale, for this, new institutional arrangements may be necessary to overcome the prevailing interests that often characterize municipal and national government. From a theoretical point of view, this conception is related to the predominant territorial approach in Latin America and southern Europe, where the implementation of public policies for rural development and poverty reduction predominate. From these questions, the proposal of this work arises with the objective of presenting elements in a historical context that allows the construction of reflections on the formulation and implementation of Territorial Development policy in a broader context.

KEYWORDS: territorial development; public policies; governance.

RESUMEN: El enfoque del Desarrollo Territorial desde el punto de vista estratégico tiene por objeto establecer y aplicar políticas que tengan impacto sobre la pobreza y crear oportunidades económicas para las áreas pobres carentes en todos los aspectos, además de la escala local, para esto, nuevos arreglos institucionales pueden ser necesarios para superar los intereses predominantes que muchas veces caracterizan gobierno municipal y nacional. Desde el punto de vista teórico esta concepción está relacionada con el enfoque

territorial predominante en América Latina y el sur de Europa, donde predominan la implementación de políticas públicas para el desarrollo rural y la reducción de la pobreza. A partir de estas cuestiones la propuesta de este trabajo surge con el objetivo de presentar elementos en un contexto histórico que posibilite la construcción de reflexiones sobre la formulación e implementación de la política de Desarrollo Territorial en un contexto más amplio.

PALABRAS-CLAVES: Desarrollo Territorial; Políticas Públicas; Gobernanza.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Territorial-DT na perspectiva pioneiro da América Latina e do sul da Europa representa uma abordagem evolutiva e inovadora para o desenvolvimento rural e redução da pobreza (SCHEJTMANN E BERDEGUE, 2002). As iniciativas do DT baseiam-se em torno da existência da identidade territorial compartilhada entre as diferentes partes e os diversos grupos sociais que existem dentro das áreas geográficas com características e limitações específicas (ABRAMOVAY, 2002).

É possível verificar, neste contexto, a aplicação do conceito a partir de uma perspectiva de organização e luta dos movimentos sociais evidenciada na leitura de Silva (2017) em que afirma que a unicidade de interesses, de causas sociais e dentre outras, as organizativas de intervenção na sociedade, permitem a organização do povo para lutar pelos direitos de acesso à terra, moradia e condições da reprodução da vida no campo e na cidade. Este cenário impulsionou novas formas de atuações nos processos de espacialização e territorialização e até mesmo na forma de abordagem do desenvolvimento territorial.

Partindo da definição de território defendida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA no documento intitulado “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil” (MDA, 2003) e possível verificar que:

[...] Território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial [...].

Nesta perspectiva o desenvolvimento tem como foco o fortalecimento das economias locais, fomentando o desenvolvimento do mercado dinâmico, com base nas vantagens comparativas e similaridades amplas das características produtivas, históricos, culturais e ambientais distintas das regiões, por meio de estratégias de planejamento de inclusões sociais e participativas, envolvendo a sociedade civil, os intervenientes privados e públicos, salientando a importância da participação da sociedade civil na construção de oportunidades produtivas e de mercado para os pobres, através do espaço urbano e rural, de acordo com as características e oportunidades que

os territórios diferentes apresentam (SEPULVEDA, 2003; ABRAMOVAY E BEDUSCHI FILHO, 2004).

Do ponto de vista prático, o DT tem como objetivo estratégico alcançar impacto sobre a pobreza e criar oportunidades econômicas para as áreas pobres carentes em todos os aspectos, para além da escala local, para isto, novos arranjos institucionais podem ser necessários para superar os interesses predominantes que muitas vezes caracterizam governo municipal e nacional (SCHEJTMANN E BERDEGUE, 2003).

Uma face dessa estratégia surge em forma de contradição quando é levantada a questão da funcionalidade das políticas de desenvolvimento territorial a partir da viabilidade econômica desta. O problema é que os limites impostos pela política econômica nos anos de neoliberalismo, marcados pela transição de estado de bem-estar, é pautado em direitos para outro que restringe a garantia dos benefícios e serviços vinculados às políticas sociais. Apesar de avanços e das experiências diferenciadas no âmbito da Seguridade Social, dentre os limites concretos impostos pela política econômica para o controle democrático destaca-se: a existência da Desvinculação de Recursos da União, que retira recursos da Seguridade Social, e o fato de uma parcela importante da execução orçamentária acontecer fora dos fundos públicos da Seguridade (SALVADOR, 2012).

A partir do que se aborda é possível afirmar que o Desenvolvimento Territorial tem como objetivo central reorientar os quadros institucionais para o desenvolvimento rural e local, a partir do exercício da cooperação entre os diferentes setores e níveis de governo em todas as unidades geográficas do governo, juntamente com os fóruns territoriais participativos para o planejamento e implementação do desenvolvimento. Estes podem incluir organizações como sindicatos rurais, movimentos sociais, igrejas, ONGs e instituições sociais indígenas, bem como os produtores do setor privado e organizações comerciais que podem potencialmente desempenhar um papel motor no reforço do desenvolvimento econômico, na integração do mercado, identidade cultural e inclusão social para além da escala local.

Acerca da identidade cultural na modernidade, Hall (2003) aborda que há um forte impacto da globalização e fragmentação na percepção do local, que produz discontinuidades e deslocamentos, ele chama atenção para o impacto da globalização na identidade cultural. Isso é fundamental para deixar de pensar de uma forma homogeneizadora, por exemplo, de pensar sempre o local como contra-hegemônico.

Desse modo, pensar o papel dessas políticas públicas, sugere distintas percepções, pois da retórica à ação, existe uma imensa trajetória a ser percorrida, por exemplo no plano das políticas territoriais, suas contribuições estão majoritariamente: os processos, o aprendizado e raramente, os resultados, as conquistas. Na visão de Hajer (1995) o processo de elaboração das políticas públicas tem um efeito apaziguador, que contrariamente, ao invés de acirrar, atua impedindo que os conflitos se manifeste.

Na perspectiva da Europa e da América Latina, o DT caracteriza-se pelo fato de em parte proporcionarem o desenvolvimento econômico local a partir de um foco mais

amplo com envolvimento das áreas rurais juntamente com os assentamentos urbanos, mercados e zonas industriais (LEADER, 2001).

Implicitamente o Desenvolvimento Territorial inclui muitos dos princípios que envolvem questões relacionadas aos meios de vida, com destaque para o papel do capital social e ativos produtivos na construção de oportunidades e abertura de mercados (SEPULVEDA, 2003).

A partir destas questões a proposta deste trabalho surge com objetivo de apresentar elementos em um contexto histórico que possibilite a construção de reflexões sobre a formulação e implementação da política de Desenvolvimento Territorial em um contexto mais amplo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da política de desenvolvimento territorial no Brasil

Formular e implementar políticas é a essência da atividade do Estado, numa abordagem clássica, a formulação de uma política é uma operação abstrata: implica em definir o sentido que deverá ter a ação. Contém, desse modo, elementos normativos e prescritivos dos quais resulta uma visão sobre um futuro desejável (OSZLAK, 1982).

Entre a formulação e a ação, situa-se a distância entre o abstrato e o concreto. Desta maneira, a eficácia das políticas depende do modo como são discutidas, aprovadas e executadas. Segundo Arias e Caballero (2003), deve-se considerar todo o “jogo político”, os incentivos e custos de transação para elaboração de uma política pública. Nesta relação, o Estado se distingue das demais instituições, por deter o monopólio do uso da força e a possibilidade de criação das leis, e como aponta Bourdieu (2014), para além de produzir o poder de disciplina¹ - descrito por Michel Foucault - , é também assistencialista.

Por isso, ao invés de focar a substância e a orientação de determinadas políticas, este enfoque concentra-se nos processos críticos que dão forma a essas políticas, colocam em prática, desde sua formulação até a implementação, e as sustentam ao longo do tempo. Parte da premissa segundo a qual os processos de discussão, negociação, aprovação e execução de políticas podem ser, pelo menos, tão importantes quanto o conteúdo específico (BID, 2006).

No Brasil, as experiências das políticas públicas de desenvolvimento territorial foram impulsionadas institucionalmente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculadas ao recém criado, na época, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Através da portaria nº. 5, de 18/07/2005, o Programa de Desenvolvimento

¹ Tanto Bourdieu (2014) quanto Foucault (1979) produziram bons instrumentos de análise do Estado a questão do poder e do espaço social, Foucault (1979) destaca um novo tipo de poder: poder disciplinar - preocupado com a regulação, a vigilância, o governo da espécie humana, indivíduo e corpo, seus locais são as instituições, objetivando assim manter o estrito controle sob as vidas, a saúde, a vida familiar, a disciplina, os prazeres e desejos.

Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade passou a atuar decisivamente no reconhecimento, seleção e administração dos territórios.

A partir das experiências com as políticas de desenvolvimento territorial, Delgado (2011), aponta que houveram “mudanças” normativas na compreensão das políticas públicas desejando que o arranjo institucional possibilitasse o controle social em nível territorial, representada pelos conselhos, articulando efetivamente essa complexa arena, pensando no contexto da territorialização e governança de políticas públicas de modelo *bottom-up*. Abramovay (2007), corrobora que a literatura sobre desenvolvimento territorial é marcadamente normativa e a ela faltam definições teóricas claras sobre a natureza dos laços sociais que formam os territórios, deixam veladas importantes questões que envolvem as relações sociais no contexto local onde se implementa a política.

Fragilidades na formulação e implementação da política de desenvolvimento territorial

As políticas de desenvolvimento territorial possuem verdadeiros paradigmas institucionais que impossibilitam ações mais contundentes por parte do Estado. Embora o conceito de desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso governamental, trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem sustentar uma devida mudança capaz de assumir a “nova visão”, o novo compromisso institucional que supere os atuais paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Segundo Salvador (2012) a implementação dos dispositivos constitucionais para a Seguridade Social, sobretudo seu orçamento, já seria um enorme desafio em condições mais favoráveis aos movimentos dos trabalhadores e da sociedade organizada. A situação se torna ainda mais desfavorável aos defensores dos direitos sociais a partir da década de 1990, com a hegemonia neoliberal no Brasil. A idéia da “nova visão” pode ser compreendida a partir da afirmação de Favareto (2010) que diz:

Essa “nova visão” do desenvolvimento rural, no qual a marca é justamente uma tentativa de dar conta das mudanças que passara o rural nas décadas anteriores e a necessidade que elas traziam através de um enfoque setorial a outro de caráter territorial, e, também, em se emergir um novo modelo institucional em torno dessas políticas, “a nova visão” (FAVARETO, 2010).

Para Manzanal (2006), há algumas perspectivas inovadoras na ideia de desenvolvimento territorial: depende da participação social organizada, requer melhorias nos mecanismos de governança, redefine a maneira de fazer política e torna-se o caminho para avançar para uma nova hegemonia no poder com o controle social - condições necessárias para equidade social e redistribuição de renda com sustentabilidade ambiental.

Entretanto, o Estado e a sociedade civil têm muita dificuldade para consagrar novas perspectivas embutidas nas políticas de desenvolvimento territorial. Isso porque,

não possuem experiências em suas trajetórias que possibilitem maior participação social e desenvolvimento de mecanismos de governança.

Governança de políticas públicas

Governança é um conceito usado principalmente para indicar uma nova forma de governar, mais cooperativa e diferente do modelo hierárquico das autoridades do Estado exercendo o poder soberano sobre os cidadãos e grupos que compõem a sociedade civil (MAYNTZ, 2001). Segundo Abramovay (2007), a abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública subjacentes à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento.

Sabe-se que, para possibilitar os mecanismos de governança, a sociedade civil tem que está organizada, haver atores corporativos que representam diferentes interesses funcionais e diferentes interesses socioeconômicos, ou seja, organizações como sindicatos, associações empresariais, cientistas e as organizações representativas dos interesses dos consumidores ou valores ecológicos (MAYNTZ, 2001).

Atualmente, há um avanço no modelo (normativo) de formulação de políticas públicas que saíram do tipo *top-down* para o *bottom-up*. Porém, o desafio é como gerir essa nova perspectiva, tendo em vista que a sociedade não traz consigo experiências anteriores de governança, controle social e práticas participativas, a medida que a mobilização social é um dos fatores capazes de atuar no fortalecimento das políticas públicas

Partindo de uma análise conjuntural histórica aprofundada é possível perceber que, no contexto da governança, o neoliberalismo representou uma reação conservadora de natureza extrema e regressiva, na qual se situa a contrarreforma do Estado. É possível verificar que a Constituição Brasileira de 1988 evidencia questões, ainda que mínimos, mas que orienta uma estratégia de natureza social e democrática. A partir dos anos 1990, as propostas “reformistas” acabam por sabotar as possibilidades, ainda que limitadas, da plena aplicação dos direitos sociais da Carta Magna (BOSCHETTI, 2003). Neste contexto, é possível afirmar que a contra reforma, iniciada com as chamadas “reformas” estruturais no governo Collor, aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso e que assombra os dias atuais poderão mudar os rumos das políticas sociais e, como consequência, irá refletir na governança das políticas de desenvolvimento territorial.

Corroborando com a afirmação de Favareto (2010), é mais fácil promover mudanças nas regras formais (normativa) do que nas regras informais (cognitivas) que regem uma sociedade ou grupo social, sobretudo porque as segundas são mais difusas e formadas por meio da sedimentação de vários processos sociais, em uma escala de tempo que não acompanham os contratos normativos, as leis e afins.

Contudo, a abordagem do desenvolvimento territorial é marcada por contradições. Apesar da perspectiva inovadora apresentada no ponto de vista normativo quando foi criado, este desenvolvimento, tem encontrado verdadeiros paradigmas e sérios

desafios, questões como a governança e participação requerem uma sociedade civil que demande por ela e que tenha capacidades mínimas para exercer o controle social. Questões como essa impulsionam conjunturas e possibilitam condições favoráveis para aqueles que melhor compreenderem essas questões e evidenciem medidas contundentes para a *práxis* do momento.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA RURAL

Políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural

Na perspectiva do desenvolvimento rural, existem quatro elementos-chave que entremeiam essa discussão: o enfrentamento a pobreza rural e o combate às desigualdades (i); a abordagem territorial que sugere o território como unidade de planejamento e atuação (ii); o protagonismo e participação política dos atores sociais (iii); e a questão central da sustentabilidade ambiental (iv) (SCHNEIDER, 2004).

Em seu trabalho Frank Ellis (2001; 2000; 1998) citado por Schneider (2004) identifica ações que preconizam o desenvolvimento rural como: estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação de seus modos de vida, situando que são ações locais desenvolvidas no próprio território onde eles vivem, que geram impactos reais favoráveis a reprodução social, a economia e a melhoria na condição de vida dessas populações, (não apenas rendas agrícolas ou não agrícolas, mas outras rendas). Na diversificação inclui a garantia da reprodução, social econômica, cultural, enfim na diversidade de escolhas e estratégias.

A implementação horizontal de políticas setoriais são fundamentais para criação de oportunidades para que os agricultores possam acessar recursos simbólicos e materiais, e que em contrapartida, possibilite a geração de emprego e renda, fortalecendo a sociedade civil e até mesmo as agências estatais, possibilitando acesso a direitos básicos de cidadania, bem como a construção de processos de ação coletiva, reduzindo assim o isolamento do território, tornando os sujeitos atores de seu próprio desenvolvimento (DELGADO et all, 2007).

No Brasil as regiões desenvolvidas eram as que apresentavam indicadores positivos de crescimento demográfico, educacional e sobretudo econômico (mensurados pelo PIB, renda per capita), foram com estes parâmetros que se orientou as ações do Estado, através das políticas públicas, que objetivava estimular o crescimento nas regiões do país. Meados da década de 70 e início de 80 novos critérios de avaliação e julgamento do que se considerava como desenvolvimento foram adotados, tais como: noções de sustentabilidade, qualidade de vida passam a vigorar e se legitimarem (SCHNEIDER, 2004).

Política territorial e desenvolvimento rural

O desenvolvimento territorial ganhou destaque no Brasil, especialmente nos

espaços rurais, tem ganhado adesão de intervenções políticas e tem sido objeto de inúmeros estudos (Delgado et al., 2007), portanto tem se aproximado de acordo com Schneider (2004) de um estado provedor, indutor de ação, assim a abordagem territorial tem ganhado espaço no planejamento e formulação de políticas públicas, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

As políticas públicas das esferas locais são possuídas por programas de inúmeras procedências e (inclusive pelos de origem não governamentais, municipal, estadual e federal, cooperação técnica financeira ou internacional), um fator inerente a implementação dessas políticas, trata-se da articulação destas distintas políticas e programas, este fato permite-nos identificar a importância dos espaços de governança. Sendo assim, as arenas decisórias, os espaços públicos institucionais, devem se constituir não apenas como espaços de representação e participação, mas também como um local de articulação dos programas existentes. (DELGADO et al., 2007).

Para Delgado et al (2007) a questão central é o poder, são relações políticas tocantes a isso, o fortalecimento dos diversos atores sociais e instituições, o autor destaca três questões que devem ser consideradas acerca dos desafios existentes entre políticas e instituições:

(a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) a questão do empoderamento dos distintos atores e agências institucionais nos espaços públicos existentes e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e das instituições (DELGADO et al., 2007, p. 4).

O autor sugere ainda que os processos territoriais precisam cada vez mais levar em consideração as “redes de articulação” de instituições, atores e programas, tocantes a política pública; e dessa forma construir e identificar as estratégias de ação comum que podem ser efetuadas, os participantes e as possibilidades de se reproduzirem no decorrer do tempo.

Delgado et al. (2007) sugere três objetivos independentes, porém potencialmente interdependentes ao analisarmos a abordagem da territorialização no âmbito da intervenção governamental: a territorialização da governança, do desenvolvimento e das políticas públicas.

A abordagem da territorialização da governança destaca a noção de território como espaço fundamental para a efetividade de processos de descentralização das ações governamentais e da relação entre a sociedade e estado (partir da metade da década de 1980). A compreensão de descentralização esteve vinculada a criação de espaços públicos, o que chamamos de arenas sociais, caracterizado pela presença de atores, movimentos e organizações sociais contra hegemônicos, que desejava ampliar o campo da política e redefinir as relações entre o estado e a sociedade, fortalecendo assim a transição democrática e a transformação da cultura política hegemônica (DELGADO et al., 2007).

As conquistas da descentralização não apagam os problemas dos governos

locais brasileiros. [...] o municipalismo autárquico incentiva, em primeiro lugar, a “prefeiturização”, tornando os prefeitos atores por excelência do jogo local e intergovernamental. Cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, o que é uma miopia em relação aos problemas comuns em termos “micro” e macrorregionais (Abrúcio, 2006, p.48).

No Brasil, a territorialização da governança ligada a descentralização, foi decisivo na construção de espaços de participação nas esferas locais, mas difundiu também a fragmentação de políticas públicas (DELGADO et al., 2007) tal fragmentação também pode ser compreendida através da conformação do fenômeno intitulado por Abrúcio (2005) como *federalismo compartimentalizado*, e sua forte influência ao longo do período da redemocratização.

A abordagem sobre os alcances e limites deste nos espaço territoriais, devem ser enfocados a partir de uma análise histórica, onde as mutações do contexto político e institucional, tem sido decisivo no que tange a capacidade operacional dos novos instrumentos de intervenção pública (Leite et al., 2007 apud Delgado et al., 2007) dessa forma a descentralização iniciada no período de FHC torna-se um processo difícil e demorado, pois apesar do Brasil existir como federação, o federalismo persiste a ser um tema em disputa entre o poder federal e os executivos dos municípios e estados, e a herança nacional é caracterizada pelo encadeamento do patrimonialismo estadual e centralismo autoritário, o que torna a descentralização um processo em construção (DELGADO et al., 2007).

Ainda Delgado et al. (2007) grande parte das políticas públicas territoriais visam reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e territoriais, através do incentivo a ação coletiva. O autor levanta um questionamento interessante, inerente a coerência entre os três objetivos (combater a pobreza, promover o reequilíbrio territorial e incentivar a ação coletiva para geração de renda). A partir dessa constatação ele destaca a pertinência em diferenciar a territorialização das políticas públicas, de outra compreensão que a considera como políticas de apoio a gestão territorial descentralizada e que concerne a delegação de poder Federal a favor de um consórcio atores, privados públicos e civis. Essa constatação recoloca o tema da governança e estimula a reflexão acerca da articulação das políticas públicas (Delgado et all, 2007).

De modo geral, pode-se dizer que a abordagem da territorialização das políticas públicas tem sido implementada no Brasil de duas perspectivas. Por um lado, uma perspectiva de reordenamento/reorganização territorial, que busca atualizar as políticas tradicionais de desenvolvimento regional, passando de uma ênfase que priorizava as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) para outra que destaca a relevância da consideração de uma escala menos abrangente, como é o caso da escala micro ou mesorregional. Por outro, uma perspectiva que salienta a territorialização de políticas públicas específicas, usualmente de recorte setorial, diferenciadas ou universais, com o objetivo de alcançar maior eficácia e efetividade na implementação da descentralização desse tipo de políticas públicas (DELGADO et all, 2007, p. 16).

A herança histórica de uma cultura política caracterizada pela centralização nos processo inerentes as tomadas de decisões, no autoritarismo, clientelismo nas

relações, representa um entrave central para conformar uma estrutura institucional capaz de planejar o desenvolvimento territorial, incluindo uma diversidade de atores sociais e de ações estratégicas, sendo assim, priorizam os segmentos favorecidos, produzindo distorções nos objetivos da política e interrupção de ações (DELGADO et all, 2007).

As experiências das políticas públicas mais recentes tem evidenciado a convergência sobre refletir a necessidade de pensar as políticas públicas territorialmente, bem como a consolidação de um nível intermunicipal de articulação para operacionalizar as propostas e ações de desenvolvimento, admitindo entretanto os desafios da esfera local (DELGADO et all, 2007).

[...] as políticas territoriais foram formuladas e implementadas no intuito de oferecerem soluções inovadoras aos novos e antigos desafios, dentre eles se inscrevem a pobreza as desigualdades regionais (Delgado et all, 2007, p.6).

Ainda sobre as desigualdades sócio-espaciais e as influências dos atores hegemônicos nos espaços públicos, os estudos de Sencébé (2015, p. 5) apontam que.

La structure foncière très inégalitaire du Brésil est largement liée à l'influence des grands propriétaires dans les décisions publiques. Elle impacte le sort de millions de familles agricoles qui n'ont d'autre solution que de vivre en zone rurale avec peu ou pas de terre ou de suivre les chemins de l'exode.[...] la situation actuelle de la ruralité, sous-estimée dans tous les sens du terme.

No que diz a respeito às arenas decisórias desses programas e políticas, vale destacar que os espaços políticos deverão ser para além de espaço de representações e participação desses atores, serem espaços de articulação da política existente (Delgado et all, 2007) pois como demonstra Favareto (2015) os atores sociais participam das arenas decisórias e acabam se limitando a utilizar o espaço do colegiado territorial como forma de operacionalizar os recursos, sem pautar uma agenda mais ampla, que haja inclusive articulação com outras iniciativas afins públicas.

Sabemos que a última década houve grandes índices de redução da pobreza e das desigualdades e, além disso o país viveu um grande período de crescimento econômico continuado, foi uma década vitoriosa, no entanto para o caso não das regiões rurais podemos considerar que a continuidade dessa alocação de mais recursos para a agricultura familiar e a implementação de fortes políticas sociais serão suficientes para produzir resultados satisfatórios e que estes sigam se ampliem, será necessário inovar nos instrumentos da política brasileira de desenvolvimento territorial e ensejar uma estratégia de desenvolvimento rural (Favareto, 2015), assim o autor aponta que a concepção de territorialização das inúmeras iniciativas, devem ir para além da ampliação geográfica e tratar da valorização das dinâmicas endógenas das localidades e da diversidade dos atores sociais que integram as regiões rurais, pois o diálogo e compreensão destes aspectos ainda são considerados incipientes.

A problemática da geografia política e o desenvolvimento territorial

As prefeituras, especialmente no interior do Brasil possuem imensa dificuldade em sua capacidade administrativa e de descentralização de poder à sociedade, apesar de vivermos uma maior democratização da política, especialmente quando comparamos com a década anterior (FAVARETO, 2015).

A política de desenvolvimento territorial operacionalizada através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT foi concebida e sua implementação deu-se mediante a criação dos territórios rurais de identidade nas diversas regiões do Brasil com uma nova institucionalidade objetivando gerir socialmente a política territorial, articular as políticas públicas e os atores sociais e promover assim a governança do território (DELGADO e LEITE, 2015).

Um aspecto fundamental da abordagem territorial foi a incorporação das demandas dos diferentes povos e populações tradicionais, tendo em vista a necessidade da consolidação da democracia e da construção de uma nova cultura política no meio rural, dessa forma, o governo tem incorporado a partir de 2003 o recorte territorial para elaboração e implementação de políticas públicas para o meio rural objetivando promover o protagonismo dos atores rumo a construção de uma governança territorial e para obtenção de resultados eficientes das políticas públicas (Delgado e Leite, 2015) o PRONAT e o Programa Territórios de Cidadania exemplificam bem programas e políticas públicas destacadas anteriormente.

Essa nova institucionalidade foi marcada por uma forte inversão na distribuição existente (antes centralizadas no Centro-Sul) contribuindo em certa medida para redução das desigualdades presentes entre as diversas regiões e territórios, em 1997 apenas 40% dos municípios localizava-se no Norte e Nordeste em 2001 passou a 63%, as regiões Sul e Sudeste que concentrava 50% dos municípios, passando a 30% em 2001 (DELGADO e LEITE, 2015).

Reconhecendo a necessidade de um órgão que exercesse o papel de articulador no contexto econômico, institucional e social sustentável, no governo Lula em 2003, sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi construída a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para desempenhar o papel de agente de desenvolvimento e implementação de uma abordagem mais integrada e participativa para o planejamento do desenvolvimento rural. A missão da SDT incluiu a reorganização, nos pólos municipais, estaduais e federal, dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – Codeter, reforçando o seu caráter intersetorial e aprofundando a participação dos movimentos sociais e organizações não governamentais.

No plano federal MDA/SDT, trabalhar com outros ministérios-chave que compartilhavam sua visão territorial estratégica, nomeadamente, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que tem agora incluído no programa de segurança

alimentar Fome Zero; Ministério do Ambiente - MMA e Ministério Nacional da Integração – MINTEGRA.

Os dispositivos de ação pública se inscrevem dentro de um processo de luta hegemônica, implica em construção de discurso, da produção de alianças, de linguagens e de protagonismo, que nessa dimensão pode se pensar na concepção de hegemonia Gramsciana, abordada por Laclau e Mouffe (1987), pensando o território, como processo de construção política e social, a fim de analisar e compreender os atores que produziram o território, mesmo antes das políticas públicas e após as mesmas.

As políticas territoriais, se inscrevem numa institucionalidade governamental, ou seja, são políticas de governo, uma mudança neste quadro, pode resultar no fim de inúmeras políticas, assim a perspectiva da hegemonia, ajuda a compreender as dinâmicas de construção dos territórios, a partir do protagonismo social e territorial, ou seja alguns atores, arranjos e reivindicações permanecerão, outros não, ainda que a política pública acabe, é o que estamos vivenciando na atualidade com a forte retomada neoliberal, houve um fortalecimento das fragmentações desses arranjos políticos territoriais conformados através da política pública, sua capacidade de resistir a este processo também pode ser um indicador de como a políticas públicas tem contribuído no construção desses arranjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em teoria, as abordagens territoriais permitem a organização de grupos de sociais e econômicos em áreas mais extensas reforçadas através da criação de redes para garantir o apoio institucional, fazer face às necessidades de produção e comercialização coletivas, e negociar com os interesses do setor privado.

Mesmo tendo alcançado patamares de reconhecimento pelas peculiaridades evidenciadas, a política territorial no Brasil, no entanto, continuam a existir dificuldades institucionais, jurídicos e políticas, incluindo o compromisso dos órgãos setoriais fundamentais que permanecem atrelados a abordagem predominantemente setorial, bem como a necessidade de legitimar e estabelecer a autoridade das estruturas territoriais devido ao fraco compromisso do governo estadual e local devido a implementação atrelada as agências atreladas com abordagens esmagadoramente setoriais.

A Política de Desenvolvimento Territorial vem criando oportunidades alinhamento entre as comunidades com interesses comuns, e diferentes grupos sociais com objetivos comuns como: acesso à infraestrutura básica, apoio técnico, linhas de crédito.

O estudo aqui relatado mostra que, como a teoria sugere, e como a experiência política territorial do Brasil vem evidenciando, existe uma ampla margem para o surgimento de abordagens territoriais baseadas na reconfiguração da teoria e a prática do desenvolvimento territorial, de modo a ajudar a alcançar um desenvolvimento

econômico mais justo e com inclusão social. No entanto, também é possível evidenciar que a necessidade de reproblematicar questões relacionadas a desigualdade por conta da diversidade de compreensão dos processos de desenvolvimento de mercado dentro das áreas ou territórios geográficos específicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n° 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, R. E BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. v.14, n°3, p. 35-70, 2004.
- ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. In: Ortega, A.C.; Almeida Filho, N.(Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Ed. Alínea, p. 13, 2007.
- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Sociologia Política** v. 24, Curitiba, p. 41-67, 2005.
- ARIAS, X. C. e CABALLERO, G. Instituciones, Costos de Transacción y políticas públicas: Un Panoram. **Revista Economia Institucional**. v. 5, n° 8, p. 117 – 146, 2003.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. Org. GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Org). In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no brasil**. – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 239–259, 2015.
- DELGADO, N. G. ; BONNAL, P. ; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**: Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro: [s.n.], p. 72, 2007.
- DIXIT, A. K. **The Making of Economic Policy: A Transaction-Cost Politics Perspective**. Cambridge, The MIT Press, 1996.
- FARIA, C.A.P. Ideias, Conhecimento e Políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n° 51, p. 21 – 30, 2003.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Revista Estudos Avançados**, p. 299-319, 2010.
- FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 261-278, 2015.
- GOMES, F. G. A Nova Economia Institucional (NEI) e o (Sub) desenvolvimento Econômico Brasileiro: Limites e Impossibilidades de Interpretação. In **Encontro Brasileiro de Sociologia e Economia Rural (SOBER)**. Anais do Encontro, 2005.
- LEADER. ‘**La competitividad de los territorios rurales a escala global: Construir una estrategia de desarrollo territorial con base en la experiencia de LEADER**’, Fascículo 5, 2001, p. 55. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-es/biblio/localglobal/comlocalglobal.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

MABEL, M. “Regiones, Territorios e Institucionalidad del Desarrollo Rural”. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G e LATTUADA, M. **Desarrollo Rural, Organizaciones y Territorio**. ed. CICCUS, Buenos Aires, p. 21-50, , 2006.

MAYNTZ, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. Caracas. n. 21, p. 1-8, 2001.

NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic History**. New York. W.W. Norton. 1981.

OSZLAK, O. Políticas Públicas e Regimes Políticos: Reflexões a Partir de Algumas Experiências Latino-Americanas. *Revista Administração Pública*, p. 17 – 60, 1982.

SCHEJTMAN, A. & BERDEGUE, J. **Desarrollo territorial rural, (2002)**, p. 56. Disponível em: <http://www.iadb.org/sds/doc/RUR_Cap2_desarrolloterritorialrural.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, p. 88-125, 2004.

SENCÉBÉ, Y.; CAZELLA, A. A. Le paradoxe d’un pays rural qui s’ignore : urbanisation et place de l’agriculture familiale au Brésil. **Revista Espace populations sociétés**, p. 1-17, 2014.

SEPULVEDA, S. et al. **Territorios rurales, estrategias y politicas en America latina. Paper presented at the 1st international fórum, Territorio, desenvolvimento rural e democracia**. Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura. Fortaleza, Brazil, 2003.

SILVA, H. C. G. M. Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. **Revista NERA**, v. 20, nº. 36, 2017.

MDA, **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil (2003)**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf>. Acesso em 19/07/2017.

SALVADOR E. O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento da Seguridade Social no Brasil, **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.40 - 51, 2012.

BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale University Press, p. 445, 1998

HAJER, Maarten A. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process**. Oxford: Clarendon Press, p. 344, 1998.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, p.326, 1987.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Curso do *Collège de France*, 14 de janeiro de 1976. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, p. 179-191, 1979.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1 ed., p. 573, 2014.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 8ª ed., p. 102, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

